

EDITORIAL

As perspectivas de análise das situações de marginalização são tão amplas, quanto as próprias organizações socioculturais e políticas da humanidade, seja das ciências humanas, sociais aplicadas, seja das ciências da saúde, os olhares também pulverizam uma infinidade de exclusões com variações, tanto quantitativas quanto qualitativas, de níveis globais ou microscópicos. As inferiorizações, discriminações ou perseguições abertas não se restringem a regras engessadas, no que diz respeito ao *modus operandi*, vão de minorias a majorias demográficas, de políticas nacionais a relações internas em grupos por si só marginalizados.

O aparente universo inapreensível para as ambições deste dossiê temático pode, no entanto, ter suas diferentes manifestações relacionadas a, pelo menos, dois aspectos. Um primeiro, mais evidente, aponta para as relações de poder, intrínsecas às próprias relações humanas, que, como sabemos, independem de se tratar de um governo oligárquico perante uma maioria empobrecida, de uma minoria étnica diante de uma sociedade nacional racista, de divisões internas a comunidades eventualmente excluídas de espaços de mando ou ainda atravessando questões ligadas a poder aquisitivo, de gênero, raça, religião, saúde física e mental, atividades profissionais etc.

Em contrapartida, o segundo aspecto, tema do presente dossiê, carrega algo de afrontoso frente a essas mesmas formas de exercício da dominação, pois prioriza os protagonismos dos grupos marginalizados. O conjunto de pesquisas aqui reunidas compreende a enorme diversidade do tema porque reconhece que as múltiplas maneiras de excluir, discriminar e perseguir, não necessariamente se anulam (por exemplo, imaginando a possibilidade de ser, ao mesmo tempo, mulher, negra, transgênero, interiorana, nordestina, cadeirante e adepta do candomblé no Brasil). Paralelo a isso, preocupa-se com as mais distintas e criativas formas de exercer sua agência justamente nas tortuosas condições em que se encontram.

Quer priorize as “invenções do cotidiano” nas táticas dos dominados como elaborou Michel de Certeau, quer privilegie as “histórias vistas de baixo”, analisadas por Edward P. Thompson e a História Social Inglesa, ou ainda aponte para as ações e perspectivas dos povos subalternizados estudadas pelos autores decoloniais, as amplas possibilidades teórico-metodológicas de reflexão sobre um universo tão vasto alinham-se na busca de dar destaque à agência daquelas e daqueles que foram e são relegadas e relegados a abomináveis situações de exclusão. Independentemente de onde se parta ou com que enfoque se aborde a questão, o presente dossiê é tanto uma manifestação da academia em prol de uma sociedade que venha a combater cada vez mais as marginalizações quanto uma resposta a tantas pessoas ou grupos organizados que exigem atenção da ciência e do meio universitário.

Os artigos de Maria Aparecida de Souza Oliveira e de Adauto Santos da Rocha versam sobre grupos duplamente marginalizados: as mulheres em comunidades étnicas tradicionais. Oliveira e Rocha focam a atenção no protagonismo feminino em quilombos de Pernambuco e sua relação com as narrativas de origem, buscando elaborar o que chama de uma “cartografia da memória afetiva” em que a ação das mulheres tem destaque. Se, por um lado, os mitos fundadores são basilares para a atuação, por outro, reverberam-se com a atuação política da nova geração das chamadas “donas dos quilombos”.

Mas, se as mulheres quilombolas analisadas por Oliveira têm papel de destaque e liderança, Rocha estuda pessoas em situações mais intensas de subalternizações: três vezes marginais, eram mulheres, indígenas e empregadas domésticas. O autor foca sua atenção nos contextos de estabelecimento dos postos do SPI e da FUNAI entre os Xukuru-Kariri em Palmeiras dos Índios, Alagoas, entre 1952 e 1990, quando muitas integrantes da comunidade buscavam trabalho no Sudeste, mas também em “casas de família” em território alagoano. A partir da metodologia da história oral, Rocha buscou evidenciar as “experiências vivenciadas” por essas mulheres nas viagens para conseguir o sustento, relacionando as dinâmicas dos mundos do trabalho indígena feminino com os desafios da conservação e sobrevivência nos territórios originários.

O texto “Pescadoras em Itapissuma-PE: cultura da pesca, memórias e lutas”, de Josirene Souza Lucena e Ricardo Pinto de Medeiros evidenciou os protagonismos de duas categorias que foram sempre pensadas à margem das reflexões históricas: mulheres e pescadoras. Uma pesquisa realizada com a participação de estudantes numa escola municipal local, com familiares na atividade pesqueira, articulando o pensar a História e a Educação

Patrimonial, a partir de memórias orais, possibilitou conhecer as relações, o cotidiano e os desafios de mulheres no universo da pesca. Uma contribuição significativa para pensar os protagonismos de grupos marginalizados na escrita e na maioria das narrativas históricas.

Nosso dossiê também reflete a questão do capacitismo e das barreiras atitudinais que discriminam a pessoa com deficiência. Essa importante discussão é levantada pelo artigo de Deise da Silva e Ernani Ribeiro, intitulado “A pessoa em cadeira de rodas: discutindo sexualidade e barreiras atitudinais”. Tal abordagem traz em reflexão essa categoria minoritária que, muitas vezes, é excluída até mesmo das lutas políticas e identitárias, especialmente no tocante à sexualidade, motivo de estigmatização e discriminação social.

Outra situação de vulnerabilidade é a questão da imigração. De relevância histórica e sociológica, tal elemento expõe as demandas por hospitalidade, solidariedade e acolhimento daquelas pessoas que deixam seus países em busca de melhores condições de vida. Isso fica premente no artigo “Homem marginal ou desclassificado social? A trajetória do português Manoel Eugênio Alves de Aguiar através dos processos judiciais de Curitiba (1878)”, escrito por Mayla Louise Greboge Montoia e Roseli Terezinha Boschilia que refletem sobre essa delicada questão, a partir de documentos judiciais de um imigrante oitocentista que respondera a processo penal no Brasil, o que ampliou e reforçou sua condição de marginalidade no seio daquela sociedade.

Sob essa mesma aproximação luso-brasileira, destacamos, também, o artigo do pesquisador português José Raimundo Noras, intitulado “A defesa dos ‘vinhos do sul’ e a república em Portugal: o ‘Paladino José Relvas’ e a mobilização de comunidades rurais em três momentos chave: 1907/1908; 1914/17; e 1927/29”. Nesse texto, o autor remonta aos conflitos e lutas do associativismo agrário, durante três recortes da história de Portugal, estabelecendo, na imagem do personagem histórico José Relvas, o fio condutor para sua esclarecedora narrativa.

Sob uma perspectiva distinta, Marcos Meinerz aborda não necessariamente uma agrupação minoritária, mas um gênero literariamente minoritário, a saber, as ficções contrafactuais de histórias alternativas, no artigo “O nazismo como mote para ‘histórias alternativas’: possibilidades de seus usos como fonte histórica”, em que aborda as maneiras pelas quais o nazismo foi tomado literariamente como uma nova estrutura de reflexão e significação simbólica que pode, e deve, ser apropriada pelo historiador enquanto fonte

histórica de inestimável relevância para entender as reflexões populares acerca da história e da política do totalitarismo em âmbito mundial.

A partir dessa agrupação de distintas propostas, mas bastante alinhavadas com a temática das minorias, acreditamos estar contribuindo para o avanço dos estudos interdisciplinares desenvolvidos por diferentes matizes das Ciências Humanas. Desejamos que o caráter ético-político desses textos seja inspiração para a nova geração de historiadores, sociólogos, antropólogos, filósofos, linguistas, politólogos, artistas e pesquisadores, de um modo geral, no afã de reforçarem uma tendência que já vem prosperando nas humanidades, que é a de perceber o protagonismo sociohistórico daqueles que, tradicionalmente, foram relegados às posições de subalternidade e marginalização nas hierarquias de poder. Os textos aqui presentes também demonstram o quanto se tornam cada vez mais urgente a problematização e a crítica aos mecanismos de exclusão desses “outros” da sociedade estabelecida, que hoje se encontra atravessada pela diversidade e a diferença. É mister defender os direitos constitucionais, humanos e existenciais dos excluídos sociais, num exercício de resistência a uma civilização globalizada e neoliberal, cada vez mais homogeneizadora, excludente e normativa.

Prof. Dr. Edson Hely Silva

Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Professor efetivo no Centro de Educação/Col. de Aplicação da UFPE, vinculado no Programa de Pós-Graduação em História/UFCG (Campina Grande/PB) e no Colegiado do ProfHistória - Rede de Mestrado Profissional em Ensino de História/UFPE.

Prof. Dr. Fernando Bagiotto Botton

Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, Professor Adjunto do Curso de Licenciatura Plena em História e do Mestrado Profissional em História - Professor de História da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Campus Alexandre Alves de Oliveira - Parnaíba-PI.

Prof. Dr. João Paulo Peixoto Costa

Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Professor do Instituto Federal do Piauí, Campus de Uruçuí e do Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA da UESPI em Parnaíba-PI.

COORDENADORES DO DOSSIÊ